

Superior Tribunal de Justiça

RECLAMAÇÃO Nº 39.021 - SP (2019/0297267-1)

RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO
RECLAMANTE : DOUGLAS AUGUSTO SCHNEIDER
ADVOGADOS : ANA BEATRIZ CARRAMASCHI DE SOUZA - SP148494
RENATO ANDRÉ DE SOUZA - SP108792
RECLAMADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
INTERES. : BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADOS : JOSE EDGARD DA CUNHA BUENO FILHO E OUTRO(S) -
SP126504
MÁRCIO GOMEZ MARTIN - SP093140
ANA PAULA CARVALHO - SP155047

DESPACHO

Esta reclamação foi proposta, de acordo com a própria inicial, *contra a r. decisão do Exmo. Des. Presidente da Seção de Direito Privado do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, proferida nos autos do processo físico n.º 9107060-35.2007.8.26.0000, face a divergências com a firme jurisprudência dessa Corte Especial (AREsp 657.329/PR, Rel. Min. LAURITA VAZ) e do decidido no rito dos repetitivos nos Recursos Especiais números 1.107.201/DF e 1.147.595/RS (Rel. Min. SIDNEI BENETI) - e-STJ, fl. 3, sem destaque no original).*

Em face de (1) a decisão reclamada não ter sido adotada em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de incidente de assunção de competência; (2) esta Corte Superior nem sequer vir admitido reclamação para compelir os Tribunais de Apelação a aplicarem teses firmadas em recurso repetitivo (AgInt na Rcl 28.688, Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, DJe de 29/8/2016); e, (3) a reclamação ter tomado feições de "ação" após a entrada em vigor do NCPC, sendo admitida, inclusive, a possibilidade de condenação ao pagamento de honorários advocatícios caso haja manifestação da parte contrária nesse sentido (Rcl 34.937, Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, DJe de 13/11/2018), diga o reclamante em 5 (cinco) dias sobre se pretende dar continuidade ao presente feito.

Cumprе referir que o silêncio será interpretado como desistência.

Publique-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

MINISTRO MOURA RIBEIRO
RELATOR